

TRAÇANDO CONEXÕES: AVALIAÇÃO EXTERNA E A BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

<https://doi.org/10.5902/2318133888647>

Taís Monteiro de Paiva¹
Rodiney Marcelo Braga dos Santos²

Resumo

A inclusão escolar busca garantir o desenvolvimento pleno dos alunos, assegurando a igualdade de oportunidades dentro da sala de aula. Por outro lado, as avaliações externas de larga escala fornecem indicadores que revelam as condições da educação fornecida. Nessa perspectiva, este estudo investiga como esses dois elementos – inclusão e avaliação externa – interagem e impactam o ambiente educacional. Por meio de uma revisão sistemática, foram selecionados oito estudos dos quais emergiram três categorias. Os resultados ressaltam a importância de repensar as políticas voltadas à promoção da educação especial inclusiva, bem como a necessidade de considerar práticas de diferenciação e apoio no contexto da avaliação externa. No entanto, reconhece-se a incipiência da literatura sobre o assunto, especialmente no contexto brasileiro, indicando a necessidade de mais pesquisas para investigar o impacto da avaliação externa na promoção da educação especial inclusiva.

Palavras-chave: avaliação externa; educação especial; educação inclusiva; políticas educacionais.

TRACKING CONNECTIONS: EXTERNAL ASSESSMENT AND THE SEARCH FOR A SPECIAL EDUCATION IN AN INCLUSIVE PERSPECTIVE

Abstract

Even the school seeks to guarantee the full development of its students, ensuring equal opportunities within the classroom. On the other hand, large-scale external assessments provide indicators that reveal the conditions of the education provided. From a perspective, this study investigates how these two elements – including external validation – interact and impact the educational environment. Through a systematic review, several studies were selected from which three categories emerged. The results highlight the importance of rethinking policies aimed at promoting inclusive special education, as well as the need to consider practices of differentiation and support in the context of external validation. However, the incipience of literature on the subject, especially in the Brazilian context, indicates the need for more research to investigate the impact of external endorsement on the promotion of inclusive special education.

Key-words: external endorsement; special education; inclusive education; educational policies.

¹ Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, Paraíba, Brasil. E-mail: taispaiva04@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2333-3660>.

² Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, Paraíba, Brasil. E-mail: rodiney.santos@ifpb.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7308-6587>.

Crerios de autoria: os autores, coletivamente, realizaram a concepção, criação e consolidação do artigo.

Recebido em 16 de agosto de 2024. Aceito em 15 de setembro de 2024.



Introdução

Sabe-se que a inclusão escolar não deve ser uma suposta socialização entre os estudantes, tampouco uma certa tolerância, pois busca, de forma equitativa, o pleno desenvolvimento do educando. Nesse contexto, a escola pode ser um ambiente de inclusão ou de exclusão social. O caminho a ser percorrido dependerá de como os estudantes, os professores e gestores escolares se comportam diante das diferenças físicas, sociais e intelectuais.

A inclusão é, portanto, a capacidade do indivíduo de compreender e aceitar o outro, e assim ter o privilégio de compartilhar e conviver com quem é diferente dele. O paradigma da educação inclusiva acolhe a todos, sem exceção, ou seja, busca conjugar a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças. Mantoan (2015) afirma que estar junto é assistir filmes juntos, se aglomerar no ônibus ou até mesmo em sala de aula. Inclusão, por outro lado, é estar e interagir com os outros. Sendo assim, a inclusão é a experiência de compartilhar momentos de interação e aprendizagem com indivíduos diferentes, garantindo uma aprendizagem mais significativa, progressista e livre de preconceitos.

É importante destacar, conforme esclarecido por Uchôa e Chacon (2022), que, embora se presuma que a inclusão escolar esteja destinada ao público da educação especial, ela não se restringe a um grupo específico, mas é voltada para todas as pessoas. Em contraste, a educação especial é uma modalidade de ensino dedicada ao atendimento educacional especializado, oferecendo serviços e recursos específicos e orientando tanto os alunos quanto seus professores sobre o uso desses recursos nas classes comuns do ensino regular e/ou nas salas de recursos multifuncionais.

Evidencia-se ainda que a Conferência sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial, realizada em 1994 em Salamanca, Espanha, culminou na Declaração de Salamanca, um documento que afirma que todas as escolas devem oferecer a mesma educação para todas as crianças, atendendo às suas diversas demandas (Unesco, 1994). Assim, a inclusão tem como eixo central a legitimação da diferença dentro da mesma sala de aula, garantindo que alunos com deficiência ou necessidades educacionais específicas – NEE –³ tenham acesso ao conhecimento.

Salienta-se que quando abordamos o termo deficiência, partimos da compreensão baseada no paradigma social da deficiência o qual destaca que a deficiência não é apenas uma característica intrínseca do indivíduo, mas sim o resultado da interação entre as limitações do corpo e as barreiras impostas pela sociedade, conforme apontado por Bampi; Guilherm e Alves (2010).

Por outro lado, tem-se a avaliação educacional, que está profundamente entrelaçada com a visão de qualidade na educação. Independentemente de qual seja o foco da avaliação – sejam os alunos, o currículo, os profissionais, as instituições, os planos, as políticas, ou outros aspectos –, a forma como ela é implantada e os usos que se fazem de seus resultados revelam o projeto educacional e social que se pretende seguir.

³ Embora alguns autores ainda utilizem a denominação *necessidades educacionais especiais*, este estudo adota a nomenclatura *necessidades educacionais específicas*, refletindo uma mudança na perspectiva da educação inclusiva e na maneira como a diversidade dos alunos é abordada. Acreditamos que essa nova terminologia busca enfatizar que cada aluno possui necessidades individuais, sem rotular ou restringir sua experiência educacional a uma categoria fixa.

Neste estudo, o foco recai sobre as avaliações externas de larga escala, cujo propósito é alcançar uma população mais ampla do que aquela atingida pela avaliação de aprendizagem realizada em sala de aula. Segundo Machado (2006), “avaliação externa é todo processo avaliativo do desempenho das escolas desencadeado e operacionalizado por sujeitos alheios ao cotidiano escolar” (p. 71). Para Sousa e Ferreira (2019), os indicadores de qualidade gerados pelas análises dessas avaliações permitem uma compreensão mais aprofundada do desempenho dos alunos, considerando as contingências sociais, a estrutura e as condições das escolas que influenciam o bom desempenho.

Ainda para os autores supracitados, esses indicadores também revelam como a formação dos professores está intrinsecamente ligada ao rendimento dos alunos e como o nível socioeconômico dos estudantes é relevante para o desempenho acadêmico individual. Inevitavelmente, as avaliações de larga escala expõem, por meio de seus elementos, o que funciona e o que precisa ser aprimorado na educação. Além disso, as análises desses resultados permitem ao Estado identificar onde e como deve intervir.

Machado e Alavarse (2014) acrescentam que a avaliação externa é “um processo amplo que envolve escolhas técnicas, políticas e ideológicas” (p. 413). Amaro (2013), por sua vez, afirma que as avaliações externas podem ser um meio importante para monitorar globalmente os sistemas de ensino uma vez que buscam construir processos históricos do desenvolvimento desses sistemas, permitindo identificar tendências ao longo do tempo com o objetivo claro de reorientar as políticas públicas.

Nessa perspectiva, este estudo teve como objetivo realizar um levantamento sobre a associação entre a avaliação externa e a promoção da educação especial na perspectiva inclusiva, analisando como esses dois elementos interagem e impactam o ambiente educacional. Busca-se ainda, compreender de que maneira esses instrumentos de avaliação refletem as condições e necessidades de alunos com diferentes perfis e como os resultados podem ser utilizados para promover políticas educacionais mais equitativas e inclusivas.

A justificativa para este estudo reside na crescente demanda por uma educação que atenda a todos os alunos e alunas, independentemente de suas características individuais. Num contexto onde a inclusão é um imperativo ético e legal, é altamente relevante analisar se as avaliações de larga escala estão alinhadas com esses princípios e se proporcionam dados relevantes que possam orientar ações efetivas.

Método

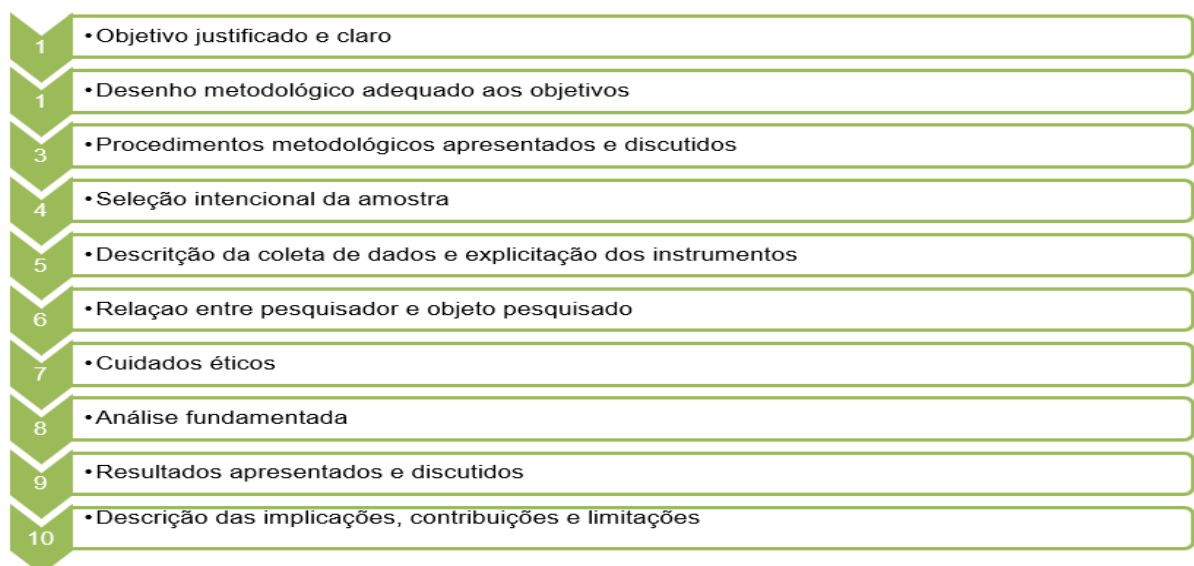
Este estudo amparou-se na revisão sistemática, a qual foi conduzida com rigor metodológico para identificar, avaliar e sintetizar as evidências disponíveis sobre práticas e estratégias que aproximem as avaliações externas da educação especial inclusiva. Sendo assim, o estudo pode ser classificado quanto aos objetivos como exploratório e descritivo (Gil; Vergara, 2015), uma vez que explora novas perspectivas e descreve práticas existentes. Quanto à abordagem, este estudo é de cunho qualitativo, focando na compreensão do tema sem aplicação de análises estatísticas.

Os dados foram coletados no Periódicos Capes e no Scielo. Aplicou-se as palavras-chave: educação especial, educação inclusiva, avaliações externas e avaliação em larga escala; bem como suas respectivas versões em inglês: special education, inclusive education, external assessments e large-scale assessment. Os termos foram associados a partir dos booleanos AND e OR.

Os critérios de inclusão para os artigos foram: publicações nos últimos 10 anos (2014-2024); estudos em português, inglês e espanhol; com metodologia qualitativa ou quantitativa; disponibilizados integralmente de forma gratuita nos bancos supracitados. Os critérios de exclusão foram: artigos que não tratassem diretamente do tema central; estudos fora do escopo temporal definido; artigos de opinião, revisões narrativas ou editoriais sem base empírica; e publicações duplicadas. Foi conduzida a análise de dados com base na metodologia de revisão sistemática proposta por Kitchenham (2004), adaptada para a análise qualitativa dos dados coletados.

Nessa perspectiva, a primeira etapa do protocolo de revisão foi a definição do problema e objetivos, envolvendo a formulação da questão de pesquisa e a definição clara dos objetivos gerais e específicos da revisão. A segunda etapa foi o desenvolvimento do protocolo de revisão. Na terceira etapa, foi realizada uma busca nas bases de dados selecionadas utilizando as palavras-chave definidas. Os resultados foram exportados para um software de gerenciamento de referências, o Mendeley. A quarta etapa foi a seleção dos estudos, onde se aplicaram os critérios de inclusão e exclusão aos títulos e resumos dos estudos identificados, seguido de leitura completa dos artigos potencialmente relevantes para confirmar sua inclusão. A quinta etapa correspondeu à extração dos dados, onde se desenvolveu um formulário para a extração de informações sobre título, autoria e ano de publicação, periódico e metodologia. A sexta etapa consistiu na avaliação da qualidade dos estudos, utilizando o Critical Appraisal Skills Programme – Casp –, que oferece um checklist para auxiliar na análise crítica dos estudos quanto ao rigor, à credibilidade e à relevância, por meio de 10 itens

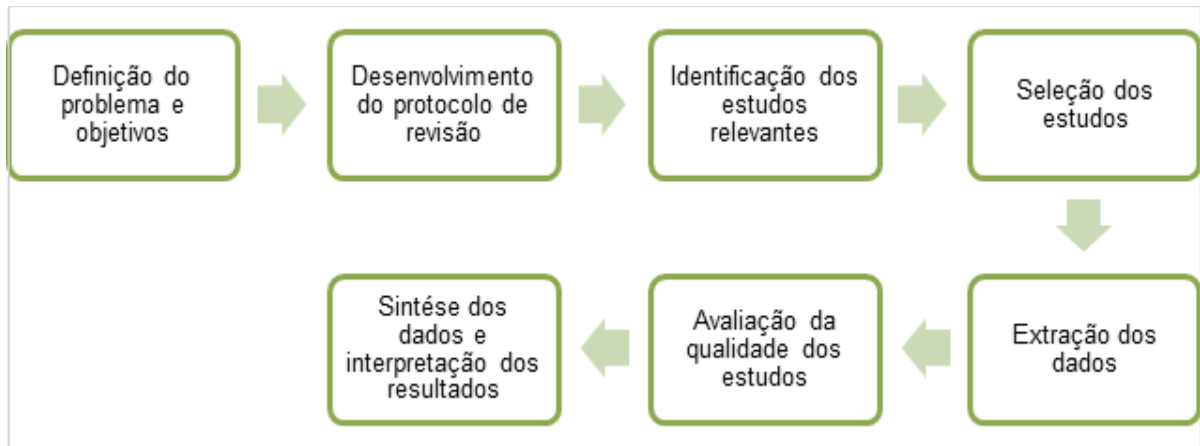
Figura 1 –
Itens avaliados pelo Casp.



Fonte: Baseado em Trust (2002).

Após cada estudo ser avaliado pelo *checklist*, foi classificado em duas categorias: A e B. A categoria A incluiu estudos com menor viés de risco, que atenderam pelo menos nove dos dez itens, enquanto a categoria B abrangeu estudos com viés de risco moderado, que atenderam pelo menos cinco dos dez itens, cumprindo assim parcialmente os critérios estabelecidos. Na sétima etapa, os dados extraídos foram agrupados e os achados foram discutidos à luz do objetivo proposto. A síntese do protocolo, encontra-se no fluxograma abaixo.

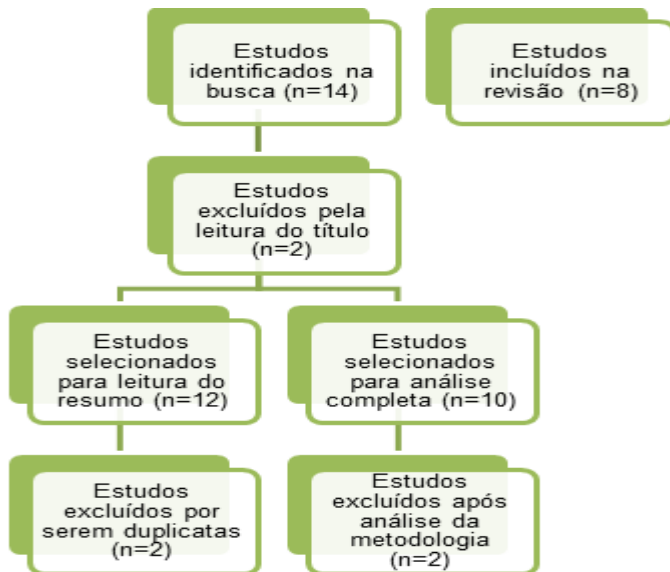
Figura 2 –
Protocolo de revisão adotado neste estudo.



Fonte: autores.

Esse protocolo seguiu cada uma das etapas descritas, garantindo a transparência e a reprodutibilidade da pesquisa. Na figura 3, resume-se o processo de seleção e filtragem ao longo da aplicação do protocolo de pesquisa.

Figura 3 –
Processo de seleção/exclusão dos estudos.



Fonte: autores.

Resultados e discussão

Foram selecionados oito estudos, publicados entre os anos de 2014 e 2022. Destes, cinco são estudos brasileiros, enquanto os demais são oriundos de pesquisadores estrangeiros.

Quadro 1 –
Estudos selecionados nesta revisão.

Título	Autoria e ano de publicação	Local de publicação	Metodologia	Casp
O impacto das avaliações externas em larga escala no processo de inclusão escolar de crianças com autismo	Barbosa e Lopes (2020)	Anais IV Cintedi	Observação não participante e entrevista semiestruturada	B
Incluir, comparar e competir: serviços de avaliação externa em larga escala e inclusão escolar	Mendes e Segabinazzi (2018)	Revista Educação Especial	Análise documental aliada à pesquisa de campo	A
Alunos com necessidades educativas especiais: o olhar da avaliação externa de escolas	Oliveira; Rebelo e Bidarra (2019)	Educação em Foco	Análise documental	A
Respostas das escolas aos alunos sobredotados ou com capacidades excepcionais, um breve olhar sobre os olhares dos avaliadores externos	Rocha e Sousa (2014)	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	Análise documental	B
Equidade e inclusão nas políticas de educação: perspectivas a partir dos relatórios da avaliação externa de escolas	Seabra et al. (2020)	Indagatio Didactica	Análise documental	B
Teachers' alignment between a local initiated external assessment: The diagnostic literacy test—And teaching regarding special educational needs students' needs	Sjunnesson (2022)	Frontiers in Education	Análise documental aliada à pesquisa de campo	A
Avaliação em larga escala da educação básica e inclusão escolar: questões polarizadoras	Sousa (2018)	Revista Educação especial	Estudo teórico e reflexivo	B
Avaliação em larga escala e educação especial inclusiva: o embate entre duas lógicas	Witeze e Silva (2019)	Revista Educação especial	Análise documental, observação participante e aplicação de entrevistas	A

Fonte: autores.

A partir dos estudos selecionados, três categorias emergiram. A primeira, denominada Impactos das avaliações externas na educação especial na perspectiva inclusiva, explora como as avaliações externas afetam a inclusão de alunos com NEE. A segunda categoria, Conflitos entre políticas inclusivas e avaliações externas, examina as tensões e contradições entre as políticas de educação inclusiva e as abordagens que orientam as avaliações em larga escala, destacando a influência negativa das avaliações na prática

inclusiva e na equidade educacional. Por fim, a terceira categoria, Práticas de diferenciação e inclusão na avaliação externa, aborda as práticas de apoio e diferenciação nas escolas, analisando como essas práticas são refletidas nas avaliações externas e sua importância para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva, que vai além da simples inserção de alunos elegíveis da educação especial.

Impactos das avaliações externas na educação especial na perspectiva inclusiva

O estudo de Sjunnesson (2022) teve como objetivo investigar como os professores utilizam as avaliações externas, convertendo os resultados dos testes somativos em uma abordagem formativa para o ensino, com ênfase em alunos com NEE. O material de dados foi composto por documentos e entrevistas com professores. Os documentos incluíam compilações de resultados de avaliações escolares, propostas de medidas e programas de ação individualizados para alunos.

Os resultados indicam que a tarefa de avaliação iniciada externamente leva principalmente à identificação de alunos com NEE, mas sem vincular o suporte ao ensino e à aprendizagem. As medidas são direcionadas somente ao aluno individual, na forma de educação especial, conduzida pelo professor das turmas com alunos com NEE. Também revela que a avaliação não apoia os ajustes no ensino para atender às necessidades individuais dos alunos, seja em nível de grupo ou individual. As modificações são feitas de forma mais geral, baseando-se na experiência anterior dos professores, em vez de serem especificamente direcionadas às necessidades específicas de cada aluno.

Percebe-se aqui uma desconexão entre a identificação de necessidades específicas e o suporte efetivo oferecido a esses alunos. Essa falta de alinhamento entre avaliação e prática pedagógica evidencia que para que a avaliação externa seja mais eficaz na inclusão, deve haver um maior esforço para integrar os resultados obtidos com estratégias educacionais específicas e personalizadas que realmente atendam às necessidades dos alunos apoiados pela educação especial.

Barbosa e Lopes (2020) buscaram analisar os impactos das avaliações externas em larga escala no processo de inclusão de crianças com autismo no ensino regular. A pesquisa teve como sujeito uma professora do 2º ano do ensino fundamental da rede pública de Fortaleza/CE, que tinha em sua turma dois alunos diagnosticados com transtorno do espectro autista. Os resultados mostraram que, tanto a professora, quanto as crianças, especialmente as com TEA, estavam sobrecarregadas devido às exigências por bons resultados nas avaliações externas.

Além disso, identificou-se que a única profissional que auxiliava as crianças com TEA e outras deficiências nas atividades era uma profissional de apoio. Também foi observado que as crianças frequentemente saíam das aulas para participar de um reforço específico voltado para a preparação das avaliações externas, oferecido pela Secretaria Municipal de Educação. Por fim, verificou-se que as notas dos alunos público-alvo da educação especial não eram contabilizadas nos índices das escolas municipais de Fortaleza. Assim, percebeu-

se que, na instituição pesquisada, as avaliações externas influenciavam negativamente o processo de inclusão escolar dos alunos com TEA, uma vez que os dados obtidos não eram utilizados para reflexões e melhorias nas práticas pedagógicas da escola, mas sim como um mecanismo de controle e direcionamento das ações desenvolvidas.

Percebe-se como a pressão por resultados em avaliações externas pode desencadear práticas que não necessariamente beneficiam a inclusão real de alunos elegíveis da educação especial. O fato de que as notas desses alunos não são contabilizadas nos índices de desempenho das escolas destaca a lacuna na forma como a eficácia dessas avaliações é medida e utilizada. Além disso, a prática de retirar alunos das aulas para preparação intensiva para as avaliações externas pode contribuir para uma experiência escolar fragmentada e potencialmente prejudicial, onde o foco está mais na conformidade com padrões de avaliação do que no atendimento às necessidades individuais dos estudantes.

O objetivo do estudo de Sousa (2018) foi descrever as características predominantes nas propostas de avaliação em larga escala e externa, explorando suas funcionalidades na administração pública e analisando as implicações de associar incentivos aos resultados das avaliações, visando gerar competição e qualidade. A autora problematizou os efeitos dessas iniciativas na inclusão escolar, especialmente para alunos com deficiência matriculados em classes comuns da educação básica. As constatações de Sousa (2018) revelaram que esses alunos são frequentemente excluídos da participação nas provas, e concluiu-se que o compromisso anunciado pelas esferas governamentais de que as avaliações promovem a qualidade educacional tende a não incluir esse grupo de alunos que utiliza serviços de educação especial, sugerindo que adaptações são necessárias para acolhê-los, o que pode impactar o processo de inclusão escolar. Nessa perspectiva, a partir do estudo supracitado, evidencia-se a necessidade de adaptar os processos de avaliação externa para garantir a inclusão de alunos com deficiência, promovendo uma educação mais equitativa e inclusiva.

Conflitos entre políticas inclusivas e avaliações externas

Witeze e Silva (2019) abordam os conflitos entre as políticas de educação especial na perspectiva inclusiva e as políticas de avaliação da educação básica. A pesquisa focou nos fatores envolvidos na participação do público elegível da educação especial na Prova Brasil e discutiu as contradições entre as políticas inclusivas e a lógica neotecnicista que orienta as avaliações em larga escala no contexto neoliberal. Os métodos utilizados incluíram análise documental e bibliográfica, observação participante das rotinas escolares e entrevistas semiestruturadas. A partir dos dados coletados, os autores destacaram a coexistência de processos de inclusão e exclusão, resultantes do uso da Prova Brasil como ferramenta para medir o desempenho de alunos com NEE em áreas específicas do currículo.

A pesquisa confirmou que a abordagem neotecnicista influencia a organização do trabalho educativo da escola e a definição dos conteúdos curriculares, alinhados com as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação, pelas agências multilaterais e pelo governo do estado de Goiás. Segundo os resultados, o ambiente escolar se revela como

um espaço de tensão entre diferentes projetos de formação humana, onde o respeito à diversidade é sobreposto pela perspectiva pragmática, mercadológica e classificatória promovida pelos testes padronizados.

Ao evidenciar que a avaliação em larga escala pode tanto incluir quanto excluir, o estudo acima aponta para um ambiente escolar onde a conformidade com metas estabelecidas muitas vezes supera o compromisso com a diversidade e a inclusão real. Essa abordagem pragmática e mercadológica pode moldar a organização curricular, mas também pode transformar a educação em um campo de disputa entre diferentes visões sobre o que constitui uma prática pedagógica efetiva e inclusiva.

Mendes e Segabinazzi (2018) se debruçaram sobre dados do uso de serviços privados de avaliação externa em larga escala nos sistemas educacionais municipais de Santa Catarina, explorando sua ligação com propostas de educação inclusiva. Eles apresentaram resultados parciais de duas investigações, focando na utilização desses recursos como meio de traduzir as políticas de avaliação educacional e suas repercussões na construção de uma educação que realmente inclua a todos. Os autores concluíram que, no cenário dessas tensões, emergem diversos atores, como políticos, empresas, organizações sindicais e mídia local, que influenciam a interpretação e a tradução das políticas de avaliação externa. As prestadoras de serviços aos municípios introduzem uma lógica discursiva focada na comparação e competição, alinhada às necessidades empresariais, e a escola assume um papel central em responder às novas demandas sociais. A expansão da tecnologia avaliativa visa disciplinar o indivíduo, transferindo-lhe a responsabilidade do cumprimento dos objetivos, o que pode gerar sofrimento psíquico.

O estudo também destaca um discurso inclusivo falso, que limita a inclusão à mera inserção de grupos como os alunos da educação especial na escola regular, através de adaptações de provas e questionários contextuais, criando uma “semelhança imaginada”. Esses processos de avaliação produzem subjetividades que representam barreiras significativas à inclusão e ao respeito às diferenças.

Práticas de diferenciação e inclusão na avaliação externa

Oliveira, Rebelo e Bidarra (2019) tiveram como objetivo conhecer a avaliação externa de escolas de portuguesas sobre os alunos com NEE, bem como suas práticas de apoio e diferenciação. Essas práticas, que não são classificadas no segundo ciclo avaliativo iniciado em 2011/2012, são mapeadas nos campos de análise da prestação do serviço educativo, assim como nos pontos fortes e áreas de melhoria das escolas. Para isso, os autores utilizaram a análise de conteúdo dos relatórios da Zona Centro de Portugal Continental.

Os resultados mostram que as práticas de diferenciação e apoios são mencionadas com mais frequência nos pontos fortes do que nas áreas de melhoria das escolas. Além disso, essas práticas são mais referidas nas práticas de ensino em comparação com o planejamento e articulação e a monitorização e avaliação das aprendizagens. Dessa forma, as conclusões oriundas do estudo supracitado evidenciam a importância de considerar as práticas de diferenciação e apoio no contexto da avaliação externa, destacando a necessidade de promover uma educação mais inclusiva que atenda às necessidades individuais dos alunos.

Ainda abordando a diferenciação também em Portugal, porém, com o intuito de entender os principais métodos educacionais presentes em escolas individuais e em grupos, assim como a qualidade e o tipo de respostas educacionais oferecidas aos alunos talentosos, Rocha e Sousa (2014) examinaram o conteúdo de 59 relatórios da Área de Inspeção Territorial Norte. Neste estudo, constatou-se que apenas 20,3% das escolas e agrupamentos da amostra adotam a diferenciação pedagógica como uma prática ampla e generalizada. Geralmente, essas escolas recebem uma avaliação muito boa no domínio da prestação do serviço educativo.

No entanto, embora a maioria das escolas promova a diferenciação pedagógica, em apenas uma minoria esse processo é sistemático, amplo e generalizado. Além disso, entre todas as escolas da amostra, apenas uma é identificada como tendo dispositivos educativos adequados para crianças e alunos com capacidades excepcionais (Rocha; Sousa, 2014). As políticas ou práticas inclusivas foram destacadas como um ponto forte em 17% dos agrupamentos/escolas não agrupadas avaliados. No entanto, conforme demonstrado pelos autores, não há uma correlação estatisticamente significativa entre as práticas/políticas inclusivas e a diferenciação pedagógica. Essa conclusão, embora possa parecer surpreendente, decorre do fato de que o conceito foi abordado de maneira restrita e limitada.

Na verdade, ao focar principalmente crianças e alunos com NEE permanentes, as instituições educativas que realizam um trabalho meritório nesse campo são consideradas inclusivas (Rocha; Sousa, 2014). Existe uma suposição generalizada de que a inclusão diz respeito principalmente à educação de estudantes com deficiência ou com NEE nas escolas regulares. Destarte, Rocha e Sousa (2014) acreditam firmemente que uma escola só poderá ser considerada verdadeiramente justa, democrática e inclusiva se desenvolver intencionalmente processos educativos diferenciados para todos os alunos.

Portanto, o estudo destaca a necessidade de uma abordagem mais ampla da educação inclusiva, que vá além do foco tradicional nas necessidades especiais, e reforçam a importância de considerar a diferenciação pedagógica como parte integrante da avaliação externa para promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

Considerações finais

Após análise dos estudos selecionados, percebe-se que cada um trouxe contribuições importantes para a compreensão da relação entre avaliação externa e educação inclusiva. Os achados demonstram que, apesar da intenção de promover a equidade educacional, as avaliações externas frequentemente resultam em práticas que não atendem adequadamente às necessidades dos alunos elegíveis da educação especial, de modo que tais avaliações tendem a priorizar a identificação de alunos com NEE sem oferecer suporte efetivo para ajustes pedagógicos necessários.

Os resultados evidenciam também uma tensão entre a abordagem inclusiva e a lógica neotecnista predominante nas avaliações em larga escala. As políticas de inclusão, que visam integrar todos os alunos no ambiente escolar regular, frequentemente colidem com as práticas avaliativas que priorizam resultados quantitativos e comparações entre

instituições. Esta dissonância entre as metas inclusivas e as práticas avaliativas resultam em práticas educacionais que marginaliza alunos elegíveis à educação especial, ao invés de promovê-los integralmente no ambiente escolar.

Evidencia-se ainda que, embora existam esforços para adaptar e diferenciar o ensino para atender às necessidades dos alunos, essas práticas muitas vezes não são suficientemente amplas ou sistemáticas. A diferenciação pedagógica e o apoio aos alunos com necessidade específica são frequentemente mencionados como pontos fortes, mas não são implementados de maneira consistente em todas as escolas. Assim, é notória a necessidade de aprimorar essas práticas para garantir que a avaliação externa contribua para uma educação especial de fato inclusiva, indo além da simples inclusão e abordando de forma abrangente as necessidades individuais de todos os alunos.

É importante reconhecer as limitações deste estudo, incluindo a incipiência da literatura sobre o assunto, especialmente no contexto brasileiro. Portanto, há uma clara necessidade de realizar mais pesquisas para investigar a avaliação externa e seu impacto na promoção da educação inclusiva, visando contribuir para a construção de políticas e práticas mais eficazes nessa área.

Referências

- AMARO, Ivan. Avaliação externa da escola: repercussões, tensões e possibilidades. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 24, n. 54, 2013, p. 32-55.
- BAMPI, Luciana Neves; GUILHEM, Dirce; ALVES, Elioenai Dornelles. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 1-9, 2010.
- BARBOSA, Heloisa Fonseca; LOPES, Ingrid Facundo Rodrigues. O impacto das avaliações externas em larga escala no processo de inclusão escolar de crianças com autismo. CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 4, 2020. Anais ... Campina Grande: Realize, 2020.
- ERCOLE, Flávia Falci; DE MELO, Laís Samara; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. Revisão integrativa versus revisão sistemática. *Revista Mineira de Enfermagem*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, 2014, p. 9-11.
- KITCHENHAM, Barbara. Procedures for performing systematic reviews. *Keele, UK, Keele University*, Keele, v. 33, n. 2004, p. 1-26.
- MACHADO, Cristiane. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre o uso dos resultados. *Revista @mbienteeducação*, São Paulo, v. 5, n. 1, 2012, p. 70-82.
- MACHADO, Cristiane; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 2, 2014, p. 413-436.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.
- MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SEGABINAZZI, Marília. Incluir, comparar e competir: serviços de avaliação externa em larga escala e inclusão escolar. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 31, n. 63, 2018, p. 849-861.

OLIVEIRA, Raquel Batista; REBELO, Maria Piedade Vaz; BIDARRA, Maria da Graça Amaro. Alunos com necessidades educativas especiais: o olhar da avaliação externa de escolas. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, 2019, p. 81-102.

ROCHA, Augusto Patrício Lima; SOUSA, Sónia Cláudia Oliveira. Respostas das escolas aos alunos sobredotados ou com capacidades excepcionais, um breve olhar sobre os olhares dos avaliadores externos. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 9, n. 4, 2014, p. 739-759.

SEABRA, Filipa et al. Equidade e inclusão nas políticas de educação: perspectivas a partir dos relatórios da avaliação externa de escolas. *Indagatio Didactica*, Portugal, n. 5, 2020, p. 99-117.

SJUNNESSON, Helena. Teachers' alignment between a local initiated external assessment: The diagnostic literacy test—And teaching regarding special educational needs students' needs. In: *Frontiers in Education*. Frontiers Media SA, 2022. p. 1075165.

SOUSA, Clarilza Prado de; FERREIRA, Sandra Lúcia. Avaliação de larga escala e da aprendizagem na escola: um diálogo necessário. *Psicologia da educação*, São Paulo, n. 48, 2019, p. 13-23.

SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian. Avaliação em larga escala da educação básica e inclusão escolar: questões polarizadoras. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 31, n. 63, 2018, p. 863-878.

UCHÔA, Márcia Maria Rodrigues; CHACON, Jerry Adriano Villanova. Educação Inclusiva e Educação Especial na perspectiva inclusiva: repensando uma Educação Outra. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 35, 2022, p. 1-18.

UNESCO. *Declaração de Salamanca: princípios, política e prática em educação especial*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1994.

WITEZE, Erika Marinho; SILVA, Régis Henrique. Avaliação em larga escala e educação especial inclusiva: o embate entre duas lógicas. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 32, 2019, p. 1-22.